

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **Abuso Sexual e Acolhimento Residencial: O Papel da Dominância Social, dos Mitos e do Sexo do Participante**

Luana Alexandra Silva da Rosa

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em  
Risco

Orientador:

Doutora Eunice Magalhães, Professora Auxiliar,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2020



CIÊNCIAS SOCIAIS  
E HUMANAS

---

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Abuso Sexual e Acolhimento Residencial: O Papel da Dominância Social,  
dos Mitos e do Sexo do Participante**

Luana Alexandra Silva da Rosa

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em  
Risco

Orientador:

Doutora Eunice Magalhães, Professora Auxiliar,  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2020

## **Dedicatória**

A todas as crianças e adolescentes que sofreram (e sofrem) diferentes formas de desproteção e abuso, dedico este trabalho. Seja um desejo utópico ou não, um dia espero conseguir tornar o mundo um lugar melhor para estas crianças.

## **Agradecimentos**

O processo de desenvolvimento da dissertação configurou um marco importante no meu percurso académico e pessoal, desde o nervosismo ao entusiasmo, da alegria à frustração, do começo ao que agora é o fim. Em cada díade acompanharam-me aqueles que com carinho e apreço guardo no meu coração.

Agradeço à minha família, pelo seu apoio e amor incondicional e pelo investimento no meu futuro. Sem eles o meu percurso académico não se teria concretizado. Um sincero e profundo obrigado.

Aos meus amigos que compreenderam todas as vezes em que neguei um café ou um jantar divertido e que sempre se mostram interessados pelo meu projeto, abraço-vos como se não houvesse amanhã. Obrigada Sofia, por seres uma amiga excepcional. O significado de amizade assume a sua plenitude ao teu lado; obrigada Joana, por me receberes sempre em tua casa para estudarmos meia hora e rirmos cinco, sempre acompanhadas de um chá de camomila frio; obrigada Dario, por seres o meu porto seguro, o meu abrigo nos dias de tempestade e por acreditares em mim como eu nunca consegui acreditar.

Acima de tudo, agradeço à minha orientadora, Eunice Magalhães. Sem a sua paciência e orientação estaria eu perdida. Desenvolver um projeto desta responsabilidade foi assustador, mas graças a si, o que parecia um leão selvagem, transformou-se num gato domesticado. Tenho muita satisfação por tê-la tido como minha orientadora. Obrigada pelas suas palavras de apoio e pela sua dedicação.

## Resumo

O presente estudo explorou o efeito da orientação para a dominância social (ODS), dos mitos sobre o abuso sexual de crianças (ASC) e do sexo dos participantes nas atitudes face ao ASC. Do mesmo modo, explorámos o efeito do contexto e resultados de desenvolvimento ao nível das atitudes. Especificamente, pretendemos explorar o papel moderador dos mitos sobre o ASC, do sexo do informante e da ODS nas atitudes face a uma situação hipotética de abuso sexual, onde o contexto de desenvolvimento e o ajustamento psicológico foram manipulados.

Participaram neste estudo 239 adultos (66% do sexo feminino) com idades compreendidas entre os 18 e 78 anos ( $M=34.63$ ;  $DP=15.16$ ). Os participantes preencheram um conjunto de questionários breves, entre eles a escala de atitudes face ao ASC após a leitura de uma vinheta que retrata um caso hipotético de ASC.

Os resultados revelaram que níveis mais elevados de ODS predizem níveis mais reduzidos de severidade do abuso, honestidade da vítima, e culpabilidade do perpetrador. Por outro lado, níveis mais elevados de ODS e estereótipos restritivos (mitos sobre abuso sexual) explicaram significativamente níveis mais elevados de culpabilidade da vítima e mais reduzidos de credibilidade da vítima. Ao contrário do que se esperava, o sexo dos participantes não se revelou um preditor significativo das atitudes face ao ASC. Em relação aos efeitos manipulação, estes mostraram-se igualmente não significativos. Implicações e sugestões para a prática e investigação futura são discutidas.

**Palavras-chave:** abuso sexual de crianças; credibilidade; orientação para a dominância social; acolhimento residencial; mitos sobre o abuso sexual;

Categorias e Códigos de Classificação (APA):

**3020** Group & Interpersonal Processes

**3377** Nursing Homes & Residential Care

## Abstract

The present study explored the effect of social dominance orientation (SDO), child sexual abuse (CSA) myths and the sex of the participants on attitudes toward the CSA. Similarly, we explored the effect of context and developmental outcomes on attitudes. Specifically, we intended to explore the moderating role of CSA myths, sex and SDO in attitudes toward a hypothetical case of sexual abuse where the developmental context and psychological adjustment were manipulated.

In this study participated 239 adults (66% female) between the ages of 18 and 78 ( $M=34.63$ ;  $SD=15.16$ ). The participants completed a set of short questionnaires, including the scale of attitudes toward the CSA after reading a vignette that portrays a hypothetical case of CSA.

Results revealed that higher levels of SDO predict lower levels of assault severity, victim honesty, and perpetrator culpability. On the other hand, higher levels of SDO and restrictive stereotypes (myths about sexual abuse) explained significantly higher levels of victim culpability and lower levels of victim credibility. Contrary to expectations, the sex of these participants did not prove to be a significant predictor of attitudes toward the CSA. Regarding the manipulation effects, they also proved to be non-significant. Implications and suggestions for future practice and research are discussed.

**Keywords:** child sexual abuse; credibility; social dominance orientation; residential care; child sexual abuse myths;

PsycInfo Classification Categories and Codes (APA):

**3020** Group & Interpersonal Processes

**3377** Nursing Homes & Residential Care

## Índice

Capítulo 1: Enquadramento Conceptual .....	1
Abuso sexual na infância e adolescência: atitudes face ao abuso e às vítimas .....	1
Mitos sobre o abuso sexual de crianças .....	3
Orientação para a Dominância Social: da teoria à evidência empírica .....	5
Atitudes face ao abuso sexual de crianças: o papel do sexo do participante .....	6
Acolhimento residencial: um contexto de particular vulnerabilidade psicossocial .....	7
O presente estudo: objetivos e hipóteses de investigação .....	9
Capítulo 2: Método .....	10
Participantes .....	10
Instrumentos .....	11
<i>Questionário sociodemográfico</i> .....	11
<i>Escala de Orientação para a Dominância Social (Pratto et al., 2013)</i> .....	11
<i>Escala de Mitos sobre Abuso Sexual de Crianças</i> .....	11
<i>Vinhetas de caso hipotético de abuso sexual</i> .....	11
<i>Questionário de atitudes face ao abuso sexual de crianças (adaptado de Davies &amp; Rogers, 2009)</i> .....	12
Procedimentos de recolha e análise de dados.....	12
Capítulo 3: Resultados .....	14
Estatística descritiva.....	14
O papel da ODS, mitos e sexo nas atitudes face ao abuso sexual.....	14
O papel da ODS, mitos e sexo nas atitudes face ao abuso sexual em função do contexto e vulnerabilidade social.....	15
Capítulo 4: Discussão .....	18
Limitações, implicações para a investigação e prática profissional.....	20
Capítulo V – Conclusão .....	22
Referências.....	23

## **Índice de Quadros**

Quadro 2.1. Caracterização Sociodemográfica dos Participantes.....	12
Quadro 3.1. Associação entre as Variáveis em Estudo.....	14
Quadro 3.2. Média e Desvio Padrão das Atitudes Face ao Abuso Sexual em Função da Vinheta e do Sexo dos Participantes.....	16

## **Glossário de Siglas**

**ASC** – Abuso Sexual de Crianças

**ODS** – Orientação para a Dominância Social

**CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

**LIJ** - Lar de Infância e Juventude

**CAT** - Centro de Acolhimento Temporário

**AE** - Acolhimento de Emergência

## Introdução

O abuso sexual de crianças (ASC) constitui uma violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública (WHO, 2017). Habigzang e Koller (2011) definem o ASC como o envolvimento de uma criança ou adolescente numa atividade sexual que esta não compreende plenamente, conseqüentemente, a criança não é capaz de prestar o seu consentimento devido ao seu nível de desenvolvimento (WHO, 2017). O abuso sexual pressupõe uma posição de superioridade psicosexual do perpetrador em relação à vítima (Habigzang & Koller, 2011, p. 12), isto é, o perpetrador é significativamente mais velho que a vítima ou encontra-se numa posição de poder ou controlo em relação à mesma (WHO, 2017). Assim, é importante ressaltar que a perpetração do ASC não é limitada aos adultos, podendo ser igualmente perpetrado por menores de 18 anos, quando estes são significativamente maiores que a criança ou se encontram numa posição de poder ou controle sobre a mesma (WHO, 2017).

No contexto português, entre 2013 e 2017 verificou-se um decréscimo significativo (33%) do número de diagnósticos de situações de abuso sexual nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) - as situações de abuso incluem abuso sexual, aliciamento sexual, importunação sexual pela linguagem, pornografia infantil ou violação) (CNPDP CJ, 2018). Porém, entre 2017 e 2019 verificou-se um aumento do número de sinalizações, com 661 e 765 sinalizações, respetivamente (CNPDP CJ, 2020; 2018).

Por todas estas razões importa compreender os fatores explicativos das atitudes face às situações de ASC, com vista ao melhor desenvolvimento de políticas e práticas que permitam a prevenção e a proteção das vítimas em contexto de revelação da situação abusiva. A credibilidade atribuída ao relato de uma experiência de abuso sexual, a par de outras atitudes relacionadas com o ASC, pode ser influenciada por diversos fatores, nomeadamente, os mitos e crenças acerca do abuso sexual, a orientação para dominância social (ODS) e o sexo do informante (Collings, 2003; Cromer & Goldsmith, 2010; Alcantara et al., 2019; Nunez, Kehn & Wright, 2010; Page & Morrison, 2018). O presente estudo tem como objetivo explorar o efeito destas variáveis nas atitudes face ao ASC, nomeadamente, na severidade do abuso, honestidade e credibilidade da vítima, culpabilidade da vítima e culpabilidade do perpetrador.

As crianças e jovens acolhidas em contexto residencial constituem um grupo particularmente vulnerável devido aos fatores de risco a que foram expostos (e.g., vivências familiares disruptivas) (Simsek et al., 2007) e devido aos fatores de vulnerabilidade (e.g., imagem social negativa) (Garrido et al., 2017). Posto isto, pretende-se explorar estas relações supramencionadas considerando o papel de contextos e resultados de desenvolvimento de

particular vulnerabilidade social, neste caso, os jovens em acolhimento residencial, por comparação com o contexto familiar.

Deste modo, o presente trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos. O capítulo 1 estrutura-se em torno do enquadramento conceitual, englobando as atitudes e os mitos sobre o ASC, e a teoria e evidências empíricas relativas aos fatores que pretendemos explorar (ODS e sexo dos participantes) assim como uma contextualização do acolhimento residencial enquanto contexto de particular vulnerabilidade social. Por fim, são apresentados os objetivos do estudo. No seguinte capítulo é apresentado o método, e especificamente, os participantes, instrumentos e os procedimentos de recolha e análise de dados. No capítulo 3 são apresentados os resultados, e por último, no capítulo 4 é apresentada a discussão, incluindo as limitações do estudo e implicações para investigação e para a prática profissional.



## Capítulo 1: Enquadramento Conceptual

### **Abuso sexual na infância e adolescência: atitudes face ao abuso e às vítimas**

O ASC caracteriza-se pelo envolvimento de uma criança ou adolescente numa atividade sexual que esta não compreende plenamente nem é capaz de prestar o seu consentimento devido ao seu nível de desenvolvimento (WHO, 2017). Os atos sexualmente abusivos envolvem comportamentos de natureza diferente. Estes abrangem carícias, masturbação (do próprio ou da vítima), coito anal, coito oral ou introdução vaginal, ou anal, de partes do corpo ou objetos (Anciães & Agulhas, 2013, p. 15). Adicionalmente, o ASC pressupõe uma posição de superioridade psicosexual do perpetrador em relação à vítima (Habigzang & Koller, 2011), isto significa que o perpetrador é significativamente mais velho que a vítima ou encontra-se numa posição de poder ou controlo em relação à mesma (WHO, 2017). O ASC não é apenas cometido por adultos, pelo que pode ser igualmente perpetrado por menores de 18 anos, quando estes são significativamente maiores que a vítima ou quando se encontram numa posição de poder ou controle sobre a criança (WHO, 2017).

Os crimes de abuso sexual, de acordo com o Código Penal (2017), podem ser diferenciados entre crimes contra a autodeterminação sexual (Artigo 171º a Artigo 178º) – incidem sobre vítimas menores de 14 anos de idade, que por esta razão não são consideradas aptas para se auto determinarem sexualmente e prestarem um consentimento informado, devido à sua imaturidade e nível de desenvolvimento – e crimes contra a liberdade sexual (Artigo 163º a Artigo 170º) – incidem contra o direito da vítima decidir livremente sobre a sua vida e práticas sexuais, pressupondo que esta possui maturidade suficiente para prestar o seu consentimento (Anciães & Agulhas, 2013 p. 14-15). O ASC enquadra-se nos crimes contra a autodeterminação sexual.

O ASC e de adolescentes ocorre, maioritariamente, em segredo (Alaggia et al., 2017; Sivagurunatha et al., 2019), dificultando a revelação do abuso por parte da vítima (McElvaney et al., 2012). O segredo é mantido por efeito de diferentes fatores externos, tais como estratégias utilizadas pelo perpetrador para garantir que a criança não revela o abuso (e.g., coação ou suborno) ou o medo da criança face às consequências da revelação, e fatores internos, como a “acomodação psicológica do abuso” (Furniss, 1991, citado por Peixoto, 2012). Este conceito, apresentado inicialmente por Summit (1983), surge na tentativa de explicar o efeito que as estratégias de manipulação e de manutenção do segredo utilizadas pelo perpetrador (e.g., ameaças, chantagem emocional) conduzem a uma acomodação gradual

da vítima à vivência abusiva, por medo das consequências advindas da revelação do abuso e que, conseqüentemente, conduzem à manutenção do segredo (Barbosa, 2011).

Todavia, os discursos sociais e legais sobre o ASC consideram-no facilmente identificável, tanto ao nível das evidências físicas como ao nível da sintomatologia. Conseqüentemente, a prova de que o abuso ocorreu limita-se frequentemente às evidências físicas, sintomatologia e, principalmente, ao relato da vítima. Contudo, na maioria dos casos de ASC, as evidências médicas (Alcantara et al., 2019; Faller, 2003; Welle et al., 2016) ou a sintomatologia (Peixoto, 2012; Magalhães & Ribeiro, 2007) não estão sempre presentes, pelo que a prova de que o abuso ocorreu depende frequentemente do testemunho da vítima. Os discursos sociais e jurídicos tendem a tipificar a reação emocional e comportamental da criança vítima de abuso sexual - a criança abusada apresentará sempre sintomatologia ou manifestará fortes emoções negativas (Goodman-Delahunty et al., 2010; McAuliff & Kovera, 2012). Com efeito, perante o contacto com uma história real (ou hipotética) de ASC os enviesamentos influenciam as expectativas do sujeito em relação aos indicadores comportamentais e emocionais (e.g., raiva, tristeza) do abuso. Assim, se a reação comportamental da vítima não corresponder às expectativas, a credibilidade da vítima e a veracidade do seu testemunho são tendencialmente questionadas (Wessel et al., 2015; Golding et al., 2003; Bederian-Gardner & Goldfard, 2014).

A credibilidade do testemunho das crianças tem sido estudada maioritariamente no contexto judiciário desde os anos 80, nomeadamente, as reações/percepções dos juizes sociais ao testemunho das crianças (McGuire & London, 2017). O conceito de credibilidade assume diferentes definições de acordo com o contexto em que é aplicado (Tsfati & Walter, 2019), pelo que existe uma inconsistência na definição e compreensão do conceito (Voogt et al., 2016). Especificamente no contexto de ASC, e na tentativa de compreender os construtos associados ao conceito de credibilidade, Voogt e colaboradores (2017) elaboraram um modelo concetual de percepção da credibilidade da criança vítima. De acordo com o modelo, a credibilidade da criança é concetualizada com base em cinco domínios distintos: (a) precisão (*accuracy*) – define-se pela percepção de que a criança realiza uma descrição correta dos eventos e pela concordância entre o seu relato e os factos reais; (b) credibilidade (*believability*) – compreende a percepção de que a criança é credível no seu relato e a tendência da criança para mentir (Pozzulo et al., 2010 citado por Voogt et al., 2016); (c) competência (*competency*) – relaciona-se com as capacidades cognitivas da criança, tal como a memória e os conhecimentos que possui sobre os comportamentos sexuais e a lei; (d)

confiabilidade/confiança (*reliability*) – diz respeito à consistência do testemunho da criança; (e) veracidade (*truthfulness*) – refere-se à honestidade da criança ao recordar os eventos.

Especificamente no contexto de ASC, as atitudes face à situação abusiva e às vítimas, nomeadamente, a (não) responsabilização e credibilização da vítima e a responsabilização do perpetrador parecem ser influenciadas por diversos fatores, nomeadamente, os mitos e crenças acerca do ASC, a dominância social e o sexo do informante (Collings et al., 2009; Collings, 2016; Cromer & Goldsmith, 2010; Alcantara et al., 2019). Com efeito, a investigação tem-se centrado no papel destas e outras variáveis (e.g., funcionamento psicológico da vítima, idade e género da vítima, memórias do evento abusivo, sexismo) no processo de credibilização ou culpabilização das vítimas (Rogers et al., 2009; Nunez et al., 2010; Page & Morrison, 2018; Cromer & Freyd, 2007).

### **Mitos sobre o abuso sexual de crianças**

Os mitos sobre ASC podem ser concetualizados como um construto multidimensional, que inclui crenças negativas, estereotipadas e erróneas sobre o abuso e que tendem a negar a realidade do mesmo, bem como influenciam a perceção social da vítima e a resposta à revelação do abuso (Cromer & Goldsmith, 2010). Moskal (1994) pretendeu identificar a prevalência de aceitação de mitos sobre o ASC numa amostra de estudantes universitários. Os resultados indicam que, numa amostra de 191 estudantes, apenas 12 participantes (6%) reconheceram que todos os 60 mitos que lhes foram apresentados eram falsos.

Especificamente, Cromer e Goldsmith (2010) agruparam em cinco categorias os mitos sobre o abuso sexual: 1) Extensão dos danos do abuso - esta categoria engloba os mitos que minimizam os danos do ASC (ex.: “O abuso sexual não é prejudicial, logo não causa danos” ou “As crianças naturalmente ultrapassam os efeitos do abuso sexual ou da negligência”) e mitos que exacerbam os danos (ex.: “As crianças vítimas de ASC nunca irão recuperar” ou “Crianças sexualmente abusadas ficarão assustadas e marcadas para sempre”). Enquanto os mitos que minimizam o impacto do ASC limitam a revelação do acontecimento e a procura de ajuda, os mitos que maximizam o impacto dificultam a recuperação das vítimas. 2) Negação da existência ou prevalência do ASC (e.g., “O abuso sexual de crianças é um acontecimento raro”; “Eu nunca ouvi falar de nenhum caso de abuso sexual no meu clube, por isso não é algo que acontece aqui”). 3) Desresponsabilização do perpetrador e difusão da culpa (e.g., “Se a criança não queria envolver-se, poderia ter dito apenas ‘para’”; “As crianças que se comportam de forma sedutora têm pelo menos parte da culpa/responsabilidade se um

adulto responder ao seu comportamento de uma forma sexual”). 4) Estereótipos sobre os perpetradores – envolvem a ideia de que os perpetradores sexuais são todos do sexo masculino, estranhos à criança e à família, “homens velhos”, doentes mentais e de um estatuto socioeconómico baixo (e.g., “O abuso sexual incestuoso ocorre mais frequentemente em comunidades de estatuto socioeconómico baixo, sem escolaridade e não caucasianas”; “Pessoas com uma aparência normal, com elevados graus de escolaridade e de classe média não abusam sexualmente de crianças”). Por último, 5) Estereótipos sobre o abuso sexual (e.g., “As crianças que são sexualmente abusadas apresentam sempre evidências físicas/médicas”; “Só as raparigas é que são vítimas de ASC, os rapazes não podem ser abusados sexualmente”).

A compreensão do efeito dos mitos sobre o ASC nas vítimas assume particular importância. Para além de terem impacto na motivação da criança para revelar o abuso, têm também impacto no seu funcionamento psicológico e no seu auto-conceito, designadamente, mulheres vítimas de ASC tendem a ter uma auto-perceção mais negativa em relação ao seu ajustamento interpessoal (Harter et al., 2009). Adicionalmente, os estereótipos contribuem para a generalização, categorização e estigmatização das vítimas, conduzindo a uma perceção desta população como homogénea e socialmente diferente de outros grupos sociais (Harter et al., 2009). Com efeito, a forma como as vítimas de ASC são percecionadas influenciam as crenças e expectativas da comunidade em relação às mesmas (Holguin & Hansen, 2003).

Tal como a literatura sugere, os estereótipos e os mitos relativos ao ASC têm um impacto nos juízos de credibilidade dos relatos das vítimas (Whitfield et al., 2002). Por exemplo, Taylor e Joudo (2005) desenvolveram um estudo experimental com uma amostra de jurados selecionados aleatoriamente da comunidade australiana, cujos resultados sugerem que a aceitação de mitos sobre o abuso sexual influencia a credibilização da vítima. A aceitação dos mitos sobre o ASC implica a presença de fortes expectativas e estereótipos sobre como uma “verdadeira” vítima se comporta antes, durante e depois da agressão sexual (e.g., a vítima mostrou resistência ou gritou por ajuda durante o abuso; a vítima não revelou o abuso a alguém próximo ou à polícia de imediato; a vítima não se mostrava ativada emocionalmente ao relatar o abuso em tribunal). Desta forma, as crenças e a aceitação de mitos sobre o ASC dos magistrados têm impacto na forma como valorizam e interpretam o testemunho da vítima. Consequentemente, a disseminação de mitos afeta a credibilização da vítima, a perceção de culpa do perpetrador e a tomada de decisão (Taylor & Joudo, 2005). Neste sentido, é importante que a presença dos mitos sobre o ASC seja avaliada junto dos profissionais que têm ou podem vir a ter contacto direto com crianças vítimas de abuso

sexual (e.g., professores, juizes), de modo a orientar a sua intervenção, evitando a vitimação secundária da criança e auxiliando-a na sua recuperação, através de respostas positivas, empáticas e atenciosas (Moskal, 1994).

Também no âmbito da prevenção do ASC os estereótipos assumem particular relevância, especificamente porque dificultam a identificação dos perpetradores (Finkelhor, 2009). Novamente, os discursos sociais e jurídicos tendem a envolver uma caracterização excessivamente estereotipada e geralmente errónea da população de perpetradores sexuais (e.g., são homens com determinadas características físicas e contextuais; são todos pedófilos; os perpetradores sexuais de crianças abordam-nas diretamente na rua) (Cromer & Goldsmith, 2010). Os estereótipos em relação ao contexto de abordagem dos perpetradores dificultam igualmente a identificação dos mesmos. Estes estereótipos invocam discursos sociais que recaem na ideia de que os perpetradores são frequentemente estranhos à criança e à família. Contudo, entre as denúncias de ASC aos órgãos policiais, mais de um quarto são perpetradas por um membro da família e 60% por outra pessoa da sua rede social (Finkelhor, 2009).

### **Orientação para a Dominância Social: da teoria à evidência empírica**

A opressão e a discriminação sobre grupos sociais minoritários (e.g., homossexuais, mulheres, grupos étnicos minoritários) podem ser compreendidas à luz da Teoria da Dominância Social (Pratto et al., 2006; Sidanius et al., 2004). Focando-se nos fatores individuais e estruturais que contribuem para as diversas formas de opressão e discriminação (e.g., sexismo, racismo, etnocentrismo), a teoria da dominância social concetualiza os processos envolvidos no desejo do indivíduo em formar e manter uma sociedade organizada por uma hierarquia social (Sidanius et al., 2004; Pratto, et al., 2006). Este desejo é denominado de ODS e caracteriza-se pela atitude preferencial dos indivíduos em estabelecer relações intergrupais caracterizadas por desigualdade e hierarquia social (Pratto et al., 1994; Levin, 2004), e ainda, pelo desejo de que o grupo social - a que os supracitados indivíduos pertencem - domine e seja superior aos outros grupos (Pratto et al., 1994). Assim, a ODS expressa-se através de atitudes e comportamentos discriminatórios (Pratto et al., 2006) e pela aceitação de ideologias que legitimam a desigualdade social (Sidanius et al., 2004).

De acordo com a teoria da dominância social, indivíduos que apresentam níveis mais elevados de ODS tendem a favorecer ideologias e políticas que fortalecem a hierarquia social. Pelo contrário, indivíduos com baixos níveis de ODS tendem a favorecer ideologias e políticas atenuadoras da hierarquia social (Sidanius et al., 2013). Estudos empíricos sugerem

a existência de uma associação positiva entre a dominância social e o preconceito em relação a diferentes grupos sociais (e.g., indivíduos com doença mental, grupos étnicos minoritários) (Pratto et al., 2006; Pratto et al., 1994). Indivíduos com maior ODS tendem a ser mais preconceituosos, conservadores e patriotas (Bizer et al., 2017; Levin et al., 2012). Em contraste, indivíduos com menor ODS são, por exemplo, mais favoráveis aos direitos das mulheres ou de homossexuais (Pratto et al., 1994). Especificamente, no contexto do ASC e jovens, a investigação acerca do papel da ODS é escassa. Não obstante, um estudo recente sugere que quanto mais elevados os níveis de ODS, menor é a credibilização atribuída a uma criança vítima de abuso sexual (Alcantara et al., 2019). Com efeito, indivíduos com níveis mais elevados de ODS tendem a ser mais céticos em relação à credibilidade das alegações de ASC, contrariamente aos indivíduos que apresentam níveis mais baixos (Alcantara et al., 2019).

### **Atitudes face ao abuso sexual de crianças: o papel do sexo do participante**

Estudos empíricos têm vindo a centrar-se na compreensão dos fatores explicativos dos processos de credibilização e/ou culpabilização da vítima (D'Urso et al., 2018; McGuire & London, 2017; Bottoms, 1993; Miller & Cromer, 2015), nomeadamente, o sexo do participante (Nunez et al., 2010; Bottoms et al., 2014; Bottoms & Goodman, 1994). Estes estudos revelam que homens e mulheres percecionam as situações de ASC de forma diferente, atribuindo diferentes graus de culpa, responsabilidade e severidade do abuso. Assim, os homens, comparativamente às mulheres, tendem a credibilizar menos a vítima e, consequentemente, tendem a atribuir menos culpa e responsabilidade ao perpetrador e menos severidade ao abuso (Cromer & Freyd, 2017; Rogers & Davies, 2007; Morrison & Page, 2018; Rogers et al., 2009; Page & Morrison, 2018; Davies & Rogers, 2009; Taylor & Joudo, 2005).

O reconhecimento por parte das mulheres acerca da sua maior vulnerabilidade face ao abuso sexual parece conduzir a uma maior identificação com a vítima (Barth et al., 2013) e a níveis mais elevados de empatia para com a mesma (Page & Morrison, 2018). O estudo de Barth e colaboradores (2013) concluiu que a prevalência de abuso sexual para as raparigas varia entre 0% e 69% e nos rapazes entre 0% e 47%. Já Martins (2012) concluiu, no seu estudo sobre a prevalência de ASC numa amostra portuguesa, que a prevalência de ASC nos participantes do sexo feminino é de 17,4%, em contraste com o sexo masculino que

apresentou uma prevalência de 9,8%. Apesar de a prevalência variar ligeiramente entre estudos, esta é sempre superior no sexo feminino comparativamente ao sexo masculino. Desta forma, o facto de as mulheres se identificarem mais com a vítima e apresentarem níveis mais elevados de empatia, poderá explicar uma maior atribuição de credibilidade à vítima (Nunez et al., 2010). Também o nível de identificação do informante com a vítima está associado à atribuição de responsabilidade do abuso (Back & Lips, 1998). Back e Lips (1998) concluíram que a atribuição de responsabilidade do abuso à criança vítima está negativamente correlacionada com o nível de identificação do informante com a vítima. Além disso, os homens tendem a identificarem-se menos com as vítimas (em comparação com as mulheres) e, conseqüentemente, a atribuir menos responsabilidade ao perpetrador (Back & Lips, 1998).

Da mesma forma, Collings (2003) concluiu que os homens demonstram maior aceitação de mitos e presença de mais estereótipos sobre o ASC comparativamente às mulheres. Especificamente, os homens tendem a culpabilizar outras pessoas pelo abuso que não o perpetrador (difusão de culpa), a minimizar a natureza abusiva do abuso sexual e a adotar discursos que negam a realidade do abuso (e.g., o abuso sexual é um acontecimento raro).

### **Acolhimento residencial: um contexto de particular vulnerabilidade psicossocial**

No ano de 2018, 7.032 crianças e jovens encontravam-se em situação de acolhimento, motivado por uma situação de perigo. A situação de perigo que revelou maior expressão foi a negligência, com uma prevalência de 71.6% (ISS, 2019). Nas Casas de Acolhimento Generalista – Lar de Infância e Juventude (LIJ), Centro de Acolhimento Temporário (CAT) e Acolhimento de Emergência (AE) - encontravam-se acolhidas cerca de 6.118 (87%) crianças e jovens, com maior expressividade de jovens acolhidos com idades entre os 15 e os 17 anos (35%) (ISS, 2019). De acordo com o relatório CASA referente ao ano 2018 (ISS, 2019), 53% das crianças/jovens acolhidas manifestavam problemas de saúde mental. Entre os problemas de saúde mental, destacam-se os problemas de comportamento, presentes em 28% das crianças e jovens do sistema de acolhimento, com maior expressividade na faixa etária dos 12-17 anos.

A manifestação de problemas emocionais e de comportamento parece estar relacionada com as experiências de vida adversas (e.g., vivências de mau trato e negligência, disrupção familiar) e com fatores de risco (e.g., mudanças constantes de casa de acolhimento) a que estes jovens foram expostos (González-García et al., 2016; Erol et al., 2009; Bullock et al.,

1993; Simsek et al., 2007). Adicionalmente, quando comparado o funcionamento psicológico da população em acolhimento residencial com o da população não acolhida, o primeiro grupo apresenta níveis de problemas de internalização e externalização mais elevados (Erol et al., 2009; Simsek et al., 2007) e uma elevada comorbilidade entre problemas emocionais e de comportamento (Erol et al., 2009; Greger et al., 2015; Simsek et al., 2007).

Estas dificuldades podem contribuir para uma representação social depreciativa relativamente a este grupo social. A literatura indica que existe uma imagem social negativa associada a esta população (Magalhães et al., 2016; Magalhães et al., 2018; Kools, 1997; Garrido et al., 2017; Simsek et al., 2007; Calheiros et al., 2015). Quando comparada a imagem social dos jovens em acolhimento residencial à imagem social dos jovens que vivem em contexto familiar, observa-se um leque de atributos consideravelmente mais negativos associados ao primeiro grupo (e.g., menos estáveis, relaxados, motivados, responsáveis ou calmos) (Garrido et al., 2017). Além disso, os jovens acolhidos são descritos como mais rebeldes, tristes, carentes, infelizes, abandonados, pobres ou sujos (Garrido et al., 2017; Kuznetsova, 2005).

A imagem social negativa destes jovens expressa-se tanto entre a comunidade como entre os profissionais que trabalham diretamente com crianças e jovens em situação de risco (Garrido et al., 2017; Kools, 1997; Kuznetsova, 2005). A imagem social negativa associada a esta população tem um impacto negativo no desenvolvimento da identidade dos jovens e no seu funcionamento psicológico (Magalhães et al., 2016; Magalhães et al., 2018; Kools, 1997). A estigmatização é igualmente um fator que ameaça a construção da identidade social da população acolhida, pois envolve atitudes negativas em relação aos jovens devido ao contexto em que estão inseridos. Estas atitudes estão presentes tanto na relação com os pares, como noutros contextos sociais (Simsek et al., 2007; Arpini, 2003). Principalmente no contexto do grupo de pares, os jovens são recorrentemente confrontados com a diferença e o sentimento de inferioridade, podendo ser embaraçados e ridicularizados devido ao seu *status* (Kools, 1997; Magalhães et al., 2018). Estas experiências têm um impacto significativo durante a adolescência, que se caracteriza por um período de construção da identidade e pela importância do grupo de pares (Kools, 1997; Arpini, 2003).

Em suma, as experiências prévias de abuso e negligência, as dificuldades emocionais e comportamentais e os processos de exclusão social parecem colocar estas crianças e jovens numa situação de particular vulnerabilidade psicossocial.

### **O presente estudo: objetivos e hipóteses de investigação**

Atendendo aos múltiplos fatores de risco e vulnerabilidade, nomeadamente, (a) vivências familiares disruptivas (Simsek et al., 2007), (b) problemas de funcionamento psicológico e comportamental (Ellis et al., 2004), (c) imagem social negativa (Garrido et al., 2017) e (d) a experiência de separação da família e acolhimento em contexto residencial (Santos, 2010), as crianças e jovens acolhidas constituem um grupo particularmente vulnerável. Por esse motivo, no presente estudo pretendemos explorar as atitudes face ao abuso sexual e às vítimas contrastando contextos e fatores de vulnerabilidade adicional (e.g., estar acolhido numa casa de acolhimento e apresentar problemas de funcionamento psicossocial) com contextos e fatores de menor vulnerabilidade (e.g., viver com a família e apresentar um ajustamento adaptativo). Especificamente, pretendemos explorar o papel moderador dos mitos sobre o ASC, do sexo do informante e da ODS nas atitudes face a uma situação hipotética de abuso sexual, onde o contexto de desenvolvimento e o ajustamento psicológico serão manipulados.

Com base na literatura revista, formulamos as seguintes hipóteses de investigação: (a) Níveis mais elevados de ODS, de mitos e ser do sexo masculino predizem atitudes mais negativas face ao abuso sexual (e.g., mais atribuição de culpa e responsabilidade à vítima e menor ao perpetrador, menor perceção de severidade do abuso, menor honestidade e credibilidade percebidas relativamente ao relato da vítima); (b) Atitudes mais negativas serão reportadas no caso hipotético de uma vítima de abuso sexual em acolhimento residencial e que revela problemas de funcionamento psicossocial; (c) Atitudes mais positivas (e.g., menos atribuição de culpa e responsabilidade à vítima e maior ao perpetrador, maior perceção de severidade do abuso, maior honestidade e credibilidade percebidas relativamente ao relato da vítima) serão reportadas no caso hipotético de uma vítima de abuso sexual a viver na sua família e que revela um funcionamento psicossocial adaptativo; (d) As atitudes mais negativas tenderão a emergir nos casos da vítima em acolhimento residencial e que revela problemas de funcionamento psicossocial particularmente quando os participantes são do sexo masculino e apresentam níveis mais elevados de mitos e de ODS.

## Capítulo 2: Método

### Participantes

Os critérios de inclusão para a participação do estudo são compreender a língua portuguesa e ter idade igual ou superior a 18 anos. A amostra deste estudo é composta por 239 participantes, maioritariamente do sexo feminino (N=157; 66%). A idade dos participantes varia entre os 18 e 78 anos ( $M=34.63$ ;  $DP=15.16$ ), sendo maioritariamente solteiros (70%) e licenciados (49.4%). No que concerne à situação profissional dos participantes, cerca de 50% encontra-se empregado e 34% a estudar (ver quadro 2.1.).

### Quadro 2. 1.

#### *Caracterização Sociodemográfica dos Participantes*

Características demográficas	<i>n</i>	%
Sexo		
Feminino	157	65.7
Masculino	82	34.3
Estado Civil		
Solteiro/a	167	69.9
Casado/a	55	23
Divorciado/a	16	6.7
Viúvo/a	1	0.4
Escolaridade		
3º Ciclo Ensino Básico	6	2.5
Ensino Secundário	74	31
Licenciatura	118	49.4
Mestrado	30	12.6
Doutoramento	8	3.3
Outro	3	1.3
Situação profissional		
Empregado	119	49.8
Desempregado	15	6.3
Estudante	82	34.3
Reformado	14	5.9
Outro	9	3.8

## **Instrumentos**

### ***Questionário sociodemográfico***

O questionário sociodemográfico integra informação individual e demográfica dos participantes, designadamente, a idade, sexo, estado civil, situação profissional e último grau académico obtido.

### ***Escala de orientação para a dominância social (Pratto et al., 2013)***

A presente escala foi utilizada para medir os níveis de ODS, isto é, a tendência do indivíduo em apoiar a hierarquia de grupos e a dominância de grupos “inferiores” por grupos “superiores”. A escala é composta por quatro itens (e.g., “*Os grupos superiores devem dominar os grupos inferiores.*”) respondidos numa escala tipo Likert de 7 pontos (1= Discordo Totalmente a 7= Concordo Totalmente). No presente estudo obteve-se um valor aceitável de consistência interna ( $\alpha=.60$ ).

### ***Escala de mitos sobre abuso sexual de crianças***

A presente escala pretende medir as atitudes, crenças e mitos dos indivíduos em relação ao ASC. É constituída por 14 itens, respondidos numa escala de tipo Likert de 5 pontos (1= Discordo Fortemente a 5= Concordo Fortemente) (Collings, 1997; Collings et al., 2009; Chim et al., 2020). Os itens encontram-se organizados em três dimensões – Difusão de Culpa, Negação do Abuso e Estereótipos Restritivos (Chim et al., 2020). No entanto, no presente estudo apenas foi utilizada a subescala dos Estereótipos Restritivos, composta por cinco itens (e.g., “*O abuso sexual de crianças ocorrer principalmente em famílias principalmente em família pobres, desorganizadas e instáveis*”), e que avalia as crenças dos participantes que tendem a negar a realidade do abuso (3 itens) ou que negam/minimizam as consequências indesejáveis do abuso (2 itens) (Collings, 1997). No presente estudo obteve-se um valor aceitável de consistência interna ( $\alpha=.64$ ).

### ***Vinhetas de caso hipotético de abuso sexual***

Aos participantes foi apresentado um caso hipotético de abuso sexual de uma adolescente de 15 anos de idade onde o contexto de desenvolvimento (família versus acolhimento

residencial) e o funcionamento psicológico (funcionamento adaptativo versus funcionamento desadaptativo) foram experimentalmente manipulados, dando origem a um total de quatro vinhetas/casos. A título de exemplo, a vinheta apresenta-se da seguinte forma: “A *Maria tem 15 anos e vive com os pais. É uma adolescente com alguns problemas sociais, e costuma envolver-se em furtos e agressões a outros colegas. Tem mau desempenho escolar e muita dificuldade em cumprir regras. Por vezes, gosta de passar o fim-de-semana fora de casa, com amigos. Depois de um desses fins-de-semana, e ao voltar para casa dos pais, Maria parecia algo distante. Quando questionada sobre se se passava algo errado, Maria refere que um colega mais velho tinha entrado no quarto enquanto ela dormia, acordou-a tocando nos seus genitais, e disse-lhe para tocar também nos dele.*”

### ***Questionário de atitudes face ao abuso sexual de crianças (adaptado de Davies & Rogers, 2009)***

O instrumento tem como objetivo avaliar a perceção dos participantes em relação à responsabilidade, credibilidade e severidade do abuso sexual, após a leitura da vinheta aleatoriamente atribuída. Este é composto por 10 itens adaptados a partir de Davies e Rogers (2009) e são avaliados numa escala tipo Likert de 7 pontos (1= Discordo completamente a 7= Concordo completamente) (e.g., *a Maria é culpada pelo que aconteceu*). Estes itens encontram-se organizados em cinco fatores: Culpabilidade do Perpetrador ( $\alpha=.89$ ), Culpabilidade da Vítima ( $\alpha=.61$ ), Honestidade da Vítima ( $\alpha=.66$ ), Credibilidade da Vítima ( $\alpha=.61$ ) e a Severidade do Abuso ( $\alpha=.83$ ).

### **Procedimentos de recolha e análise de dados**

O presente estudo integra um projeto de investigação mais alargado, que inclui diferentes universidades, e que foi aprovado pela Comissão de Ética do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. A recolha de dados foi realizada através da plataforma Qualtrics, e o *link* disseminado nas redes sociais. Os participantes foram previamente informados acerca da: (a) contextualização e objetivo do estudo; (b) duração do preenchimento do protocolo (aproximadamente 5 minutos); (c) presença de questões sensíveis relacionadas com ideias sobre grupos vulneráveis (e.g., vítimas de abuso sexual); (d) anonimato, confidencialidade e participação voluntária. Depois de confirmarem que aceitavam participar, os sujeitos preencheram os diferentes instrumentos.

Os dados foram analisados com recurso ao IBM SPSS Statistics 26®, tendo sido inicialmente explorados os dados com recurso a análises de correlação *Pearson*. Foram posteriormente realizadas análises de regressão linear para identificar o papel preditivo do sexo, mitos e ODS relativamente às atitudes dos participantes face ao abuso sexual, independentemente da vinheta/caso em análise. Finalmente, foi realizada uma análise multivariada de variância (MANOVA) para testar o papel da manipulação através das vinhetas nas atitudes dos participantes face ao abuso sexual, assim como o potencial papel moderador do sexo, mitos e ODS.

## Capítulo 3: Resultados

### Estatística descritiva

A análise de correlações revelou que níveis mais elevados de ODS estão associados a níveis mais elevados de mitos sobre abuso sexual (estereótipos restritivos) e a atitudes mais negativas sobre o abuso sexual, especificamente, percepção de menor severidade do abuso, menor honestidade e credibilidade da vítima, menor culpabilidade do perpetrador e maior culpabilidade da vítima. Níveis mais elevados de mitos estão associados a atitudes mais negativas sobre o abuso sexual, especificamente, percepção de menor credibilidade da vítima, menor culpabilidade do perpetrador e maior culpabilidade da vítima (Quadro 3.1.).

### Quadro 3. 1.

*Associação entre as Variáveis em Estudo*

Variável	2	3	4	5	6	7
1. ODS	0.214**	-0.273***	-0.286***	-0.286***	0.244***	-0.348***
2. Mitos sobre ASC	1	-0.125	-0.121	-0.183**	0.214**	-0.197**
3. Severidade do abuso		1	0.302***	0.326***	-0.471***	0.751***
4. Honestidade da vítima			1	0.436***	-0.323***	0.437***
5. Credibilidade da vítima				1	-0.296***	0.382***
6. Culpabilidade da vítima					1	-0.557***
7. Culpabilidade do perpetrador						1

\*\* $p < 0.05$

\*\*\* $p < 0.01$

### O papel da ODS, mitos e sexo nas atitudes face ao abuso sexual

Foi realizado um conjunto de cinco análises de regressão centradas no papel da ODS, dos mitos e do sexo para explicar as cinco dimensões de atitudes face ao abuso sexual: Culpabilidade do Perpetrador ( $F(3)=9.722$ ,  $p < .001$ ), Culpabilidade da Vítima ( $F(3)=7.230$ ,  $p < .001$ ), Honestidade da Vítima ( $F(3)=7.786$ ,  $p < .001$ ), Credibilidade da Vítima ( $F(3)=8.383$ ,  $p < .001$ ) e a Severidade do Abuso ( $F(3)=7.078$ ,  $p < .001$ ). Especificamente, a Severidade do Abuso ( $B = -.212$ ,  $p < .001$ ), a Honestidade da Vítima ( $B = -.296$ ,  $p < .001$ ) e a Culpabilidade do Perpetrador ( $B = -.337$ ,  $p < .001$ ) foram apenas explicadas significativamente pela ODS. Níveis

mais elevados de ODS explicaram níveis mais reduzidos de severidade do abuso, honestidade da vítima e culpabilidade do perpetrador. Por outro lado, a Culpabilidade da Vítima e a Credibilidade da Vítima foram significativamente preditas pela ODS ( $B=.241$ ,  $p=.003$ ;  $B=-.283$ ,  $p<.001$ ; respetivamente) e pelos mitos ( $B=.328$ ,  $p=.012$ ;  $B=-.243$ ,  $p=.049$ ; respetivamente). Níveis mais elevados de ODS e estereótipos restritivos (mitos sobre o ASC) explicaram significativamente níveis mais elevados de culpabilidade da vítima e mais reduzidos de credibilidade da vítima.

### **O papel da ODS, mitos e sexo nas atitudes face ao abuso sexual em função do contexto e vulnerabilidade social**

No sentido de compreender se as atitudes dos participantes face ao abuso sexual e às vítimas variava em função do contexto de desenvolvimento (acolhimentos versus família) e dos resultados desenvolvimentais (problemas de funcionamento versus funcionamento adaptativo), assim como se os mitos, o sexo e a ODS moderavam estas associações, foi realizada uma análise multivariada de variância (MANOVA).

Os resultados revelaram efeitos estatisticamente não significativos ao nível das atitudes em função da manipulação, e.g., contrastando os 4 casos/vinhetas (Pillai's Trace=.070,  $F(624)= 1.00$ ,  $p=.453$ ), assim como do sexo (Pillai's Trace=.020,  $F(206)= .828$ ,  $p=.531$ ) e dos mitos (Pillai's Trace=.037,  $F(206)= 1.592$ ,  $p=.164$ ). Foi apenas encontrado um efeito multivariado significativo para a ODS (Pillai's Trace=.125,  $F(206)= 5.898$ ,  $p<.001$ ). Não foram observados efeitos de interação entre os mitos e a manipulação (Pillai's Trace=.046,  $F(624)= .649$ ,  $p=.835$ ), nem entre o sexo e a manipulação (Pillai's Trace=.052,  $F(624)= .736$ ,  $p=.749$ ), e nem entre a ODS e a manipulação (Pillai's Trace=.039,  $F(624)= .547$ ,  $p=.914$ ) (Quadro 3.2.).

**Quadro 3.2.**

*Média e Desvio Padrão das Atitudes Face ao Abuso Sexual em Função da Vinheta e do Sexo do Participante*

	Vinheta	Sexo	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>
Severidade do abuso	Família - funcionamento desadaptativo	Feminino	6.28	0.74	38
		Masculino	5.84	0.68	19
		Total	6.14	0.75	57
	Família - funcionamento adaptativo	Feminino	6.29	0.71	34
		Masculino	6.02	1.05	24
		Total	6.18	0.87	58
	Acolhimento - funcionamento desadaptativo	Feminino	6.31	0.72	36
		Masculino	5.94	0.73	16
		Total	6.19	0.74	52
	Acolhimento - funcionamento adaptativo	Feminino	6.27	0.99	37
		Masculino	6.16	0.60	22
		Total	6.30	0.87	59
	Total	Feminino	6.29	0.79	145
		Masculino	6.05	0.81	81
		Total	6.20	0.81	226
Honestidade da vítima	Família – funcionamento desadaptativo	Feminino	5.25	1.14	38
		Masculino	4.68	0.89	19
		Total	5.06	1.09	57
	Família – funcionamento adaptativo	Feminino	5.00	1.21	34
		Masculino	4.83	1.04	24
		Total	4.93	1.14	58
	Acolhimento – funcionamento desadaptativo	Feminino	4.85	1.16	36
		Masculino	4.46	0.64	16
		Total	4.73	1.04	52
	Acolhimento - funcionamento adaptativo	Feminino	5.23	1.06	37
		Masculino	4.95	1.19	22
		Total	5.13	1.11	59
	Total	Feminino	5.09	1.14	145
		Masculino	4.76	0.98	81
		Total	4.97	1.10	226
Credibilidade da vítima	Família - funcionamento desadaptativo	Feminino	5.46	1.12	38
		Masculino	5.32	1.02	19
		Total	5.41	1.08	57
	Família - funcionamento adaptativo	Feminino	5.74	1.08	34
		Masculino	5.21	1.05	24
		Total	5.52	1.09	58
	Acolhimento - funcionamento desadaptativo	Feminino	5.33	1.05	36
		Masculino	4.84	1.06	16
		Total	5.18	1.07	52
	Acolhimento - funcionamento adaptativo	Feminino	5.53	1.19	37
		Masculino	5.61	1.02	22
		Total	5.56	1.13	59
	Total	Feminino	5.51	1.1	145
		Masculino	5.27	1.05	81

		Total	5.42	1.09	226
Culpabilidade da vítima	Família - funcionamento desadaptativo	Feminino	2.00	1.12	38
		Masculino	2.24	1.06	19
		Total	2.08	1.09	57
	Família - funcionamento adaptativo	Feminino	1.76	1.03	34
		Masculino	2.08	1.15	24
		Total	1.89	1.08	58
	Acolhimento - funcionamento desadaptativo	Feminino	1.83	1.17	36
		Masculino	2.03	1.04	16
		Total	1.89	1.13	52
	Acolhimento - funcionamento adaptativo	Feminino	1.82	1.27	37
		Masculino	1.95	1.12	22
		Total	1.87	1.20	59
Total	Feminino	1.86	1.14	145	
	Masculino	2.07	1.08	81	
	Total	1.94	1.12	226	
Culpabilidade do perpetrador	Família - funcionamento desadaptativo	Feminino	6.12	1.18	38
		Masculino	5.97	1.33	19
		Total	6.07	1.22	57
	Família - funcionamento adaptativo	Feminino	5.91	1.40	34
		Masculino	5.94	1.07	24
		Total	5.92	1.27	58
	Acolhimento - funcionamento desadaptativo	Feminino	6.29	0.89	36
		Masculino	5.72	1.05	16
		Total	6.12	0.97	52
	Acolhimento - funcionamento adaptativo	Feminino	6.24	0.97	37
		Masculino	6.11	0.99	22
		Total	6.19	0.97	59
	Total	Feminino	6.14	1.12	145
		Masculino	5.95	1.10	81
		Total	6.08	1.12	226

#### Capítulo 4: Discussão

A presente dissertação tinha como objetivo explorar o papel da ODS, dos mitos sobre o ASC e do sexo dos participantes nas atitudes relativamente ao ASC, e examinar estas atitudes considerando o efeito do funcionamento psicológico e do contexto de desenvolvimento de uma adolescente vítima de abuso sexual. Em particular, pretendia-se explorar o papel moderador dos mitos sobre o ASC, do sexo do informante e da ODS nestas atitudes.

No que diz respeito ao primeiro objetivo, e primeira hipótese formulada, os resultados sugerem que apenas o sexo não se afigurou um preditor significativo das atitudes face ao abuso sexual. Especificamente, níveis mais elevados de ODS explicaram níveis mais reduzidos de severidade do abuso, honestidade da vítima, e culpabilidade do perpetrador. Por outro lado, níveis mais elevados de ODS e estereótipos restritivos (mitos sobre ASC) explicaram significativamente níveis mais elevados de culpabilidade da vítima e mais reduzidos de credibilidade da vítima. Estes resultados são consistentes com a literatura neste domínio. Relativamente ao efeito dos mitos na credibilização do ASC, a literatura indica que a aceitação destes mitos conduz a menor atribuição de credibilidade à vítima e ao seu relato (Taylor & Joudo, 2005) e maior tendência para negar a realidade do abuso (Collings, 1997; Cromer & Goldsmith, 2010). Estes resultados podem ser explicados pela própria natureza dos mitos sobre o ASC. Tendo em conta que os mitos envolvem crenças falsas e generalizadas acerca dos danos do abuso e da sua realidade, desresponsabilizam ou desculpabilizam o perpetrador, ou ainda, estereotipam o abuso (Cromer & Goldsmith, 2010), a aceitação destes mitos implica um conjunto de atitudes negativas em relação ao abuso sexual, entre elas, a menor credibilização da vítima.

Por outro lado, os resultados sugerem que é a ODS o preditor mais consistente de todas as dimensões de atitudes. Estes resultados são teoricamente válidos, na medida em que, a ODS compreende atitudes negativas e discriminatórias em relação a grupos minoritários, considerados inferiores (Pratto et al., 2006). Especificamente a população de vítimas de abuso sexual tende a ser percecionada como homogénea e socialmente distinta devido aos estereótipos que lhe estão associados (Harter et al., 2009). O efeito negativo da ODS nas atribuições em relação ao ASC pode ser explicado pelo facto de os indivíduos com níveis mais elevados de ODS assumirem atitudes negativas em relação a grupos minoritários e socialmente distintos, como é o caso das vítimas de ASC. A investigação sugere que a ODS está associada a atitudes desfavoráveis em relação aos direitos das mulheres (e.g., Pratto et al., 1994) e em relação a vítimas de abuso sexual na infância (Alcantara et al., 2019). Com efeito, um estudo recente sugere que níveis mais elevados de ODS estão associados a menor

credibilidade atribuída ao relato de uma criança vítima de ASC (Alcantara et al., 2019). A literatura sugere, ainda, que homens e mulheres percebem o ASC de forma distinta, designadamente, os homens tendem a apresentar mais atitudes negativas em relação ao abuso sexual (e.g., Burt, 1980), como atribuir menos culpa e responsabilidade ao perpetrador, menos severidade ao abuso e credibilizar menos a vítima (Nunez et al., 2011; Cromer & Freyd, 2017; Rogers et al., 2009; Xenos & Smith, 2001; Golding et al., 2003). Não obstante, no presente estudo não se verificou um efeito significativo na relação entre o sexo do participante e as atribuições face ao ASC, nem entre o sexo e a aceitação de mitos. Estes resultados podem também ser explicados pela dimensão reduzida da amostra e pela homogeneidade da amostra relativamente ao sexo dos participantes (66% são do sexo feminino).

No que diz respeito ao efeito da manipulação do contexto e resultados de desenvolvimento, os resultados obtidos não se revelaram estatisticamente significativos. Os jovens em acolhimento residencial constituem-se enquanto grupo particularmente vulnerável (e.g., prevalência de problemas do funcionamento psicológico, experiências de vida adversas) (González-García et al., 2017; Greger et al., 2015) e tendem a ser descritos negativamente (e.g., rebeldes, tristes, carentes, infelizes ou abandonados) (Garrido et al., 2017; Kuznetsova, 2005). Por esse motivo, esperava-se que as atribuições de culpa e responsabilidade da vítima fossem significativamente superiores no caso da jovem em acolhimento residencial e com funcionamento psicológico desadaptativo. Por outro lado, esperava-se que as atribuições de culpa e responsabilidade do perpetrador, a severidade do abuso, a honestidade da vítima e a credibilização do abuso sexual fossem significativamente inferiores neste mesmo cenário.

Em primeiro lugar, este resultado pode significar que, apesar da imagem social negativa dos jovens em acolhimento residencial, esta imagem parece não comprometer a perceção social acerca do seu testemunho ou a gravidade do abuso. Isto significa que os participantes avaliaram a credibilidade e a honestidade da vítima, a severidade do abuso, a culpa e responsabilidade da vítima e do perpetrador de forma semelhante, independentemente do contexto e resultados de desenvolvimento. Além disso, estes resultados podem ficar a dever-se à tipologia do caso, e.g., uma adolescente vítima e um jovem perpetrador. Estudos sugerem que a idade da vítima é um fator determinante na atribuição de severidade do abuso e na responsabilidade da vítima. A título de exemplo, Maynard e Wiederman (1997) concluíram que uma interação sexualmente abusiva cuja vítima é uma criança de 7 anos é considerada mais abusiva, e a vítima é considerada menos responsável, em comparação a uma vítima adolescente de 15 anos. Os autores sugerem que esta relação pode ser explicada

pela assunção por parte dos participantes de que um adolescente tem mais capacidade para mostrar resistência ao abuso comparativamente a uma criança. De acordo com os autores, o facto de o adolescente não resistir pode ser confundido com consentimento, e por isso, este ser considerado mais responsável pelo abuso e o abuso ser considerado menos grave (Maynard & Wiederman, 1997). Do mesmo modo, a perceção da honestidade da vítima de ASC, de acordo com alguns autores, é inversamente proporcional à sua idade, ou seja, as crianças mais velhas e adolescentes tendem a ser percecionadas como menos honestas (e.g., uma vítima com 6 anos é percecionada como mais honesta do que uma vítima com 13 anos) (Bottoms & Goodman, 1994; Nightingale, 1993). Todavia, esta relação não é linear, sendo que maior honestidade da criança tende a ser percebida entre os 6 e os 11 anos e diminui com a entrada na adolescência (Nunez et al., 2011).

Do mesmo modo, este resultado pode ficar a dever-se ao facto de o perpetrador ser um par da vítima, e não um adulto. A classificação ou identificação de uma situação de ASC implica a consideração de determinados fatores ou contextos. Isto é, é necessário ter em consideração que a vítima trata-se de uma criança, tanto a nível desenvolvimental como legal; que esta não deu consentimento para a prática sexual ou que não é capaz de compreender plenamente a natureza sexual da atividade, e por isso não tem capacidade de dar o seu consentimento informado; o contacto entre a vítima e o perpetrador é de natureza sexual (com ou sem contacto físico); e por fim, os atos constituem um abuso, na medida em que ocorrem na presença de uma relação de poder do perpetrador para com a vítima, a criança encontra-se numa posição de desigualdade e, ainda, existe uma exploração da vulnerabilidade da mesma (Mathews, 2019). Especificamente no que concerne ao carácter assimétrico da relação entre perpetrador e vítima (e.g., posição de poder, superioridade física ou desenvolvimental), perante uma situação sexualmente abusiva perpetrada por um par da vítima esta assimetria pode ser percebida como mais ténue. Apesar do perpetrador do caso/vinheta ser apresentado como um colega mais velho, a diferença de idades não é explicitada, pelo que a dimensão de assimetria poderá não ter sido clara para os participantes e, conseqüentemente, não terem sido observados efeitos significativos da manipulação. Não obstante, as atividades sexuais entre pares podem ser igualmente consideradas abusivas e traumáticas para as vítimas (McMaster et al., 2002; Yu Li et al., 2010; Young et al., 2008).

### **Limitações, Implicações para a Investigação e Prática Profissional**

Os resultados do presente estudo, apesar de relevantes pela sua dimensão inovadora, devem ser discutidos à luz de um conjunto de limitações. Primeiramente, a generalização dos

resultados e das conclusões devem ser cautelosas uma vez que a amostra é de conveniência, não representativa, e a sua dimensão é reduzida. A segunda limitação prende-se com o desequilíbrio ao nível do sexo dos participantes, considerando que cerca de 66% dos participantes são do sexo feminino e apenas 34% do sexo masculino. Finalmente, tendo em conta que o questionário foi disseminado nas redes sociais, a natureza da amostra pode não ser suficientemente heterogénea (remetendo apenas para participantes com acesso às redes sociais e às novas tecnologias) para captar diferenças específicas neste tópico. Neste sentido, no futuro poderá ser importante recorrer a amostras representativas da população portuguesa, e a outras formas de recrutamento e participação. Do mesmo modo, poderão ser explorados estes mecanismos manipulando a idade da vítima de abuso sexual apresentada na vinheta, considerando que a idade parece influenciar os juízos e atitudes (e.g., Welle et al., 2016).

Apesar das suas limitações, o presente estudo tem um contributo significativo na comunidade científica assim como para a prática profissional. O facto de a ODS associar-se a atitudes negativas em relação ao ASC sugere a necessidade de desenvolver ações que permitam minimizar orientações para a dominância social e relações intergrupais mais igualitárias. Com efeito, intervir ao nível dos fatores explicativos das atitudes negativas face a situações de abuso sexual é fundamental, uma vez que as atitudes/reações negativas perante a revelação do abuso (e.g., descredibilização do abuso e do relato da vítima) têm impacto na saúde mental da vítima, no risco de revitimização, nas estratégias de *coping* e está associado a sintomas de Stress Pós-Traumático (Campbell et al., 2001; Campbell et al., 2009; Ullman et al., 2007; Ullman & Peter-Hagene, 2016),

Finalmente, sabemos que os mitos e estereótipos acerca do ASC têm consequências na vítima a nível da recuperação ou na revelação do abuso (Sommer & Szwarcberg, 2001; Cromer & Goldsmith, 2010). Estas crenças manifestam-se tanto em contexto social (Harter et al., 2009) como em contexto judicial (e.g., Taylor & Joudo, 2005). Assim, os resultados sugerem que é importante que a presença de mitos e estereótipos sobre o ASC seja avaliada e desmistificada, uma vez que parece estar associada a atitudes menos positivas face a situações abusivas. Esta questão pode ser particularmente especial junto dos profissionais que têm ou podem vir a ter contacto com casos de ASC (e.g., professores escolares, juízes, psicólogos), de modo a orientar a sua intervenção e a evitar a vitimação secundária da criança.

## **Capítulo V – Conclusão**

Em suma, os resultados obtidos no presente estudo afiguraram-se um contributo importante para a compreensão das atitudes face ao ASC – contudo, como referido anteriormente, a generalização dos resultados deve ser extremamente cautelosa devido às características da amostra.

Especificamente no que concerne à ODS, o estudo contribuiu para uma maior compreensão do fenómeno no âmbito do ASC, até à data pouco explorado na investigação. Efetivamente a ODS apresentou uma relação com as atitudes face ao ASC. Esta relação é de elevada pertinência na medida em que permite compreender os mecanismos e processos subjacentes às atitudes e crenças dos sujeitos face ao ASC.

Da mesma forma, os mitos sobre o ASC mostraram-se explicativos de determinadas atitudes face ao ASC, nomeadamente, a culpabilidade e credibilidade da vítima. Estes resultados corroboram outros de estudos anteriores, contudo, tanto quanto é do nosso conhecimento, nenhum estudo havia sido realizado no contexto português. Deste modo, mais uma vez, o estudo permitiu um primeiro entendimento desta questão neste contexto. Por fim, ao contrário do expectável, o sexo dos participantes não se apresentou um preditor significativo das atitudes face ao ASC.

Conclui-se, portanto, que tendo em conta o impacto que as atitudes negativas em relação ao ASC têm nas vítimas e face ao número de denúncias registadas no país, é fulcral que a compreensão dos fatores explicativos das atitudes face ao ASC sejam alvo de investigação no panorama português, especialmente devido à escassez de estudos neste domínio.

## Referências

- Agulhas, R. & Anciães, A. (2013). Processo de Avaliação Psicológica Forense de Agressores Sexuais Adultos Masculinos. In Calheiros, M. M. & Garrido, M. V. (Eds.), *Crianças em Risco e Perigo – Contextos, Investigação e Intervenção*. Vol. 3. (pp. 13-37). Edições Sílabo.
- Assembleia da República (1995). *Código Penal, aprovada pelo Decreto de Lei n°48/95*. Retirado de [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=109&tabela=leis&so\\_miolo=](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=109&tabela=leis&so_miolo=)
- Alaggia, R., Collin-Vézina, D., & Lateef, R. (2017). Facilitators and Barriers to Child Sexual Abuse (CSA) Disclosures: A Research Update (2000–2016). *Trauma, Violence & Abuse*. <https://doi.org/10.1177/1524838017697312>
- Alcantara, R., Shortway, K. M., & Prempeh, B. A. (2019). The Relationship between Social Dominance Orientation and Child Sexual Abuse Credibility Assessment. *Journal of Child Sexual Abuse*, 28(4), 400-416. <https://doi.org/10.1080/10538712.2019.1592271>
- Arpini, M. D. (2003). Repensando a Perspetiva Institucional e a Intervenção em Abrigos para Crianças e Adolescentes. *Psicologia Ciência e Profissão*, 21(30), 70-75.
- Back, S. & Lips, H. M. (1998). Child Sexual Abuse: Victim Age, Victim Gender, and Observer Gender as Factors Contributing to Attributions of Responsibility. *Child Abuse & Neglect*, 22(12), 1239-1251. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(98\)00098-2](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(98)00098-2)
- Barbosa, M. I. (2011). *A Avaliação Psicológica Forense em Casos de Abuso Sexual em Portugal: Caracterização dos Casos e das Perícias (O GEAV Como Analisador)* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade do Porto]. Universidade do Porto Repositório. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/115177/2/281309.pdf>
- Barth, J., Bermetz, L., Heim, E., Trelle, S., & Tonia, T. (2013). The Current Prevalence of Child Sexual Abuse Worldwide: A Systematic Review and Meta-analysis. *Public Health*, 58, 469-483. <https://doi.org/10.1007/s00038-012-0426-1>
- Bedarian-Gardner, D., & Goldfarb, D. (2014). Expectations of Emotions During Testimony: The Role of Communicator and Perceiver Characteristics. *Behavioral Sciences and the Law*, 32, 829-845.
- Bizer, G. Y., Hart, J., & Jekogian, A. M. (2017). Belief in a Just World and Social Dominance Orientation: Evidence for a Mediation Pathway Predicting Negative

- Attitudes and Discrimination Against Individuals with Mental Illness. *Personality and Individual Differences*, 52, 428-432. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2011.11.002>
- Bottoms, B. L. (1993). Individual Differences in Perceptions on Child Sexual Assault Victims. In Goodman, G. S. & Bottoms, B. L. (Eds.), *Child Victims, Child Witnesses: Understanding and Improving Testimony* (pp. 229-261). Guilford.
- Bottoms, B. L. & Goodman, G. S. (1994). Perception of Children Credibility in Sexual Abuse Cases. *Journal of Applied Social Psychology*, 24(8), 702-732.
- Bottoms, B. L., Pater-Hagene, L. C., Stevenson, M. C., Wiley, T. R. A., Mitchell, T. S., & Goodman, G. S. (2014). Explaining Gender Differences in Jurors' Reactions to Child Sexual Assault Cases. *Behavioral Sciences and the Law*, 32, 789-812. <https://doi.org/10.1002/bsl.2147>
- Bullock, R., Little, M., & Millham, S. (1993). Residential Care for Children: A Review of the Research. *Children Australia*, 21(1).
- Garrido, M. V., Calheiros, M., Patrício, J. N., & Lopes, D. (2015). Social Images of Residential Care: How Children, Youth and Residential Care Institutions are Portrayed? *Children and Youth Services Review*, 55, 159-169. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.06.004>
- Campbell, R., Ahrens, C., Sefl, T., Wasco, S. M., & Barnes, H. E. (2001). Social Reactions to Rape Victims: Healing and Hurtful Effects on Psychological and Physical Health Outcomes. *Violence & Victims*, 16, 287-302.
- Campbell, R., Dworkin, E., & Cabral, G. (2009). An Ecological Model of The Impact of Sexual Assault on Women's Mental Health. *Trauma, Violence, & Abuse*, 10, 225-246. <https://doi.org/10.1177/1524838009334456>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2020). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ*.
- Chim, I., Magalhães, E., Graça, J., Antunes, C., & Ferreira, C. (2020). Child Sexual Abuse Myth Scale: Validity and Reliability Evidence in the Portuguese Context. *Journal of Child Sexual Abuse*, 1-19. <https://doi.org/10.1080/10538712.2020.1801934>
- Collings, S. (1997). Development, Reliability, and Validity of the Child Sexual Abuse Myth Scale. *Journal of Interpersonal Violence*, 12(5), 665-674. <https://doi.org/10.1177/088626097012005004>

- Collings, S. J. (2003). Child Sexual Abuse Myth Acceptance Among Aspirant, Trainee, and Registered Psychologists in Durban, South Africa. *Social Behavior and Personality*, 31(8), 835-842. <https://doi.org/10.2224/sbp.2003.31.8.835>
- Collings, S. J., Lindblom, L., Madu, S. N., & Park, M. S. (2009). The Cross-Cultural Validity of the Child Sexual Abuse Myth Scale: A Preliminary Investigation. *Journal of Psychology in Africa*, 19(1), 9-17. <https://doi.org/10.1080/14330237.2009.10820253>
- Cromer, L. D. & Goldsmith, R. E. (2010). Child Sexual Abuse Myths: Attitudes, Beliefs, and Individual Differences. *Journal of Child Sexual Abuse*, 19(6), 618-647. <https://doi.org/10.1080/10538712.2010.522493>
- Cromer, L. D., & Freyd, J. (2007). What Influences Believing Child Sexual Abuse Disclosures? The Roles of Depicted Memory Persistence, Participant Gender, Trauma History and Sexism. *Psychology of Woman Quarterly*, 31, 13-22.
- Davie, M. & Rogers, P. (2009). Perceptions of Blame and Credibility Toward Victims of Childhood Sexual Abuse: Differences Across Victim Age, Victim-Perpetrator Relationship, and Respondent Gender in a Depicted Case. *Journal of Child Sexual Abuse*, 18(1), 78-92. <https://doi.org/10.1080/10538710802584668>
- D'Urso, G., Petruccelli, I., Costantino, V., Zappulla, C., & Pace, U. (2018). The Role of Moral Disengagement and Cognitive Distortions Toward Children Among Sex Offenders. *Psychiatry, Psychology and Law*, 26(3), 414-422. <https://doi.org/10.1080/13218719.2018.1506718>
- Ellis, B. H., Fisher, P. A., & Zaharie, S. (2004). Predictors of Disruptive Behavior, Developmental Delays, Anxiety, and Affective Symptomatology Among Institutionally Reared Romanian Children. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 43(10), 1283-1292. <https://doi.org/10.1097/01.chi.0000136562.24085.160>
- Erol, N., Simsek, Z., & Münir, K. (2009). Mental Health of Adolescents Reared in Institutional Care in Turkey: Challenges and Hope in the Twenty-First Century. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 19(2), 113-124. <https://doi.org/10.1007/s00787-009-0047-2>
- Faller, K. C. (2003). *Understanding and Assessing Child Sexual Maltreatment* (2<sup>a</sup> Ed.). Sage Publication.
- Finkelhor, D. (2009). The Prevention of Childhood Sexual Abuse. *Future of Children*, 19(2), 169-194.

- Garrido, M. V., Calheiros, M., Patrício, J. N., & Lopes, D. (2017). Comparing the Social Images of Youth in and out of Residential Care. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 26(5), 439-455. <https://doi.org/10.1002/casp.2273>
- Golding, J. M., Fryman, H. M., Marsil, D. F., & Yozwiak, J. A. (2003). Big Girls Don't Cry: The Effect of Child Witness Demeanor on Juror Decisions in a Child Sexual Abuse Trial. *Child Abuse & Neglect*, 27, 1311-1321. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2003.03.001>
- Goodman-Delahunty, J., Cossins, A., & O'Brien, K. (2010). Enhancing the Credibility of Complainants in Child Sexual Assault Trials: The effect of expert evidence and judicial directions. *Behavioral Sciences and the Law*, 28, 769-783. <https://doi.org/10.1002/bsl.936>
- González-García, C., Bravo, A., Arruabarrena, I., Martín, E., Santos, I., & Del Valle, J. (2016). Emotional and Behavioral Problems of Children in Residential Care: Screening Detection and Referrals to Mental Health Services. *Children and Youth Services Review*, 71, 100-106. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2016.12.011>
- Greger, H. K., Myhre, A. K., Lydersen, S., & Jozefiak, T. (2015). Previous Maltreatment and Present Mental Health in a High-Risk Adolescent Population. *Child Abuse and Neglect*, 45, 122-134. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.05.003>
- Habigzang, L. F. & Koller, S. H. (Org.) (2011). *Intervenção Psicológica para Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual: manual de capacitação profissional*. Casa do Psicólogo.
- Harter, S. L., Harter, G.W., Atkinson, B., & Reynolds, L. L. (2009). College Students' Perceptions of Peers' Disclosures of Histories of Child Sexual Abuse. *Sex Roles*, 60, 805-818. <https://doi.org/10.1007/s11199-008-9583-3>
- Holguin, G., & Hansen, J. D. (2003). The "Sexually Abused Child": Potential Mechanisms of Adverse Influences of Such a Label. *Agression and Violent Behavior*, 8, 645-670. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(02\)00101-5](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(02)00101-5)
- Instituto da Segurança Social (2019). *CASA 2018 - Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*.
- Kools, S. M. (1997). Adolescent Identity Development in Foster Care. *Family Relations*, 46(3), 263-271.
- Kuznetsova, T. IU. (2005). Social Stereotypes of the Perception of Graduates of Children's Homes. *Russian Education and Society*, 47(2), 19-30. <https://doi.org/10.1080/10609393.2005.11056948>

- Magalhães, E., Calheiros, M., & Costa, P. (2016). To be or not to be a Rights Holder: Direct and Indirect Effects of Perceived Rights on Psychological Adjustment Through Group Identification in Care. *Children and Youth Services Review*, *71*, 110-118. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.10.039>
- Magalhães, E., Calheiros, M. M., & Antunes, C. (2018). 'I Always Say What I Think': a Rights-Based Approach of Young People's Psychosocial Functioning in Residential Care. *Child Indicators Research*, *11*, 1801-1816. <https://doi.org/10.1007/S12187-017-9511-6>
- Magalhães, T. & Ribeiro, C. (2007). A Colheita de Informação a Vítimas de Crimes Sexuais. *Ata Médica Portuguesa*, *20*, 439-445.
- Matias, V. A. M. (2012). *Prevalência do Abuso Sexual de Crianças numa Amostra Portuguesa*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida]. Retirado de <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2316/1/15118.pdf>
- Undergraduate Students' Perceptions of Child Sexual Abuse: Effects of Age, Sex, and Gender-Role Attitudes. *Child Abuse & Neglect*, *21*(9), 833-844.
- Mathews, B. (2019). Issues in Defining Child Sexual Abuse. In *Child Maltreatment*, Vol. 7. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-99043-9\\_2](https://doi.org/10.1007/978-3-319-99043-9_2)
- McAuliff, B. D. & Kovera, M. B. (2012). Do Jurors Get What They Expect? Traditional Versus Alternative Forms of Children's Testimony. *Psychology, Crime & Law*, *18*, 27-47.
- McElvaney, R., Greene, S., & Hogan, D. (2012). Containing the Secret of Child Sexual Abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, *27*(6), 1155-1175. <https://doi.org/10.1177/0886260511424503>
- McGuire, K. & London, K. (2017). Common Beliefs About Child Sexual Abuse and Disclosure: A College Sample. *Journal of Child Sexual Abuse*, *26*(2), 175-194. <https://doi.org/10.1080/10538712.2017.1281368>
- McMaster, L. E., Connolly, J., Pepler, D., & Craig, W. M. (2002). Peer to Peer Sexual Harassment in Early Adolescence: A Developmental Perspective. *Development and Psychopathology*, *14*, 91-105.
- Miller, K. E. & Cromer, L. D. (2015). Beyond Gender: Proximity to Interpersonal Trauma in Examining Differences in Believing Child Sexual Abuse. *Journal of Trauma & Dissociation*, *16*, 211-223. <https://doi.org/10.1080/15299732.2014.985863>

- Moskal, R. (1994). Sexual Abuse Myths Held by Student Teachers. *Canadian Journal of School Psychology, 10*(1), 43-53.
- Nightingale, N. N. (1993). Juror Reactions to Child Victim Witnesses. *Law and Human Behavior, 17*, (6).
- Nunez, N., Kehn, A., & Wright, D. B. (2010). When Children are Witnesses: The Effect of Context, age and gender and adults' perception of cognitive ability and honesty. *Applied Cognitive Psychology, 25*, 460-468. <https://doi.org/10.1002/acp.1713>
- Levin, S. (2004). Perceived Group Status Differences and the Effects of Gender, Ethnicity, and Religion on Social Dominance Orientation. *Political Psychology, 25*(1), 31–48. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2004.00355.x>
- Levin, S., Matthews, M., Guimond, S., Sidanius, J., Pratto, F., Kteily, N., Pitpitan, E. V., & Dover, T. (2012). Assimilation, Multiculturalism, and Colorblindness: Mediated and Moderated Relationships between Social Dominance Orientation and Prejudice. *Journal of Experimental Social Psychology, 48*(1), 207-212. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2011.06.019>
- Page, A. & Morrison, M. V. (2018). The Effects of Gender, Personal Trauma History and Memory Continuity on the Believability of Child Sexual Abuse Disclosure Among Psychologists. *Child Abuse and Neglect, 80*, 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.03.014>
- Peixoto, C. E. (2012). *Avaliação da Credibilidade de Alegações de Abuso Sexual de Crianças – Uma Perspetiva Psicológica Forense*. [Tese de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade do Porto]. Retirado de [https://www.researchgate.net/profile/Carlos\\_Peixoto4/publication/279920506\\_Avaliacao\\_da\\_credibilidade\\_de\\_alergacoes\\_de\\_abuso\\_sexual\\_de\\_criancas-uma\\_perspectiva\\_psicologica\\_forense/links/559fa77408ae0e0bf612484e/Avaliacao-da-credibilidade-de-alergacoes-de-abuso-sexual-de-criancas-uma-perspectiva-psicologica-forense.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Carlos_Peixoto4/publication/279920506_Avaliacao_da_credibilidade_de_alergacoes_de_abuso_sexual_de_criancas-uma_perspectiva_psicologica_forense/links/559fa77408ae0e0bf612484e/Avaliacao-da-credibilidade-de-alergacoes-de-abuso-sexual-de-criancas-uma-perspectiva-psicologica-forense.pdf)
- Pratto F., Çidam, A., Stewart, A. L., Zeineddine, F. B., Aranda, M., Aiello, A., Chryssochoou, X., Cichocka, A., Cohrs, J. C., Durrheim, K., Eicher, V., Foels, R., Górská, P., Lee, I. , Licata, L., Liu, J. H., Li, L., Meyer, I., Morselli, D....Henke, K. E. (2013). Social Dominance in Context and in Individuals: Contextual Moderation of Robust Effects of Social Dominance Orientation in 15 Languages and 20 Countries. *Social Psychological and Personality Science, 00*(0), 1-13. 1 <https://doi.org/0.1177/1948550612473663>

- Pratto, F., Sidanius, J., & Levin, S. (2006). Social dominance theory and the dynamics of intergroup relations: Taking stock and looking forward. *European Review of Social Psychology*, 17, 271-320. <https://doi.org/10.1080/10463280601055772>
- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social Dominance Orientation: A Personality Variable Predicting Social and Political Attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology* 67(4), 741-763. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.67.4.741>
- Rogers, P. & Davies, M. (2007). Perceptions of Victims and Perpetrators in a Depicted Child Sexual Abuse Case. *Journal of Interpersonal Violence*, 22(5), 566-584. <https://doi.org/10.1177/0886260506298827>
- Rogers, P., Titterington, L., & Davies, M. (2009). Attributions of Blame and Credibility in a Hypothetical Child Sexual Abuse Case: Roles of victim disability, victim resistance and respondent gender. *International Journal of Disability, Development and Education*, 56(3), 205-228. <https://doi.org/10.1080/10349120903102189>
- Santos, M. A. M. (2010). *O Acolhimento Institucional Prolongado de Jovens em Risco – A Experiência Passada da Institucionalização e o seu Significado Atual para os Sujeitos Adultos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação]. Retirado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15593/1/Tese%20Maria%20Adelaide%20Santos.pdf>
- Sequeira, M. J. R. (2013). *Abuso Sexual Infantil. O Processo de Revelação do Abuso Sexual: Reação Paternas*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário – Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida]. ISPA Repositório. <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2555/1/14586.pdf>
- Somer, E., & Szwarcberg, S. (2001). Variables in Delayed Disclosure of Childhood Sexual Abuse. *American Journal of Orthopsychiatry*, 71(3), 332–341.
- Sidanius, J., Kteily, N., Sheehy-Skeffington, J., Ho, A. K., Sibley, C., & Duriez, B. (2013). You're Inferior and Not Worth Our Concern: The Interface Between Empathy and Social Dominance Orientation. *Journal of Personality*, 81(3), <https://doi.org/10.1111/jopy.12008>
- Sidanius, J., Pratto, F., van Laar, C., & Levin, S. (2004). Social Dominance Theory: Its Agenda and Method. *Political Psychology*, 25(6), 845-880.
- Simsek, Z., Erol, N., Öztop, D., & Münir, K. (2007). Prevalence and Predictors of Emotional and Behavioral Problems Reported by Teachers Among Institutionally Reared Children

- and Adolescents in Turkish Orphanages Compared with Community Controls. *Children and Youth Services Review*, 29, 883-899. <https://doi.org/doi:10.1016/j.chilyouth.2007.01.004>
- Sivagurunatha, M., Orchard, T., MacDermid, J. C., & Evans, M. (2019). Barriers and Facilitators Affecting Self-Disclosure Among Male Survivors of Child Sexual Abuse: The Service Providers' Perspective. *Child Abuse & Neglect*, 88, 455-465. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.08.015>
- Summit, R. C. (1993). Abuse of the Child Sexual Abuse Accommodation Syndrome. *Journal of Child Sexual Abuse*, 1(4), 154-164. [https://doi.org/10.13000/j070v01n04\\_13](https://doi.org/10.13000/j070v01n04_13)
- Taylor, N. & Joudo, J. (2005). The Impact of Pre-Recorded Video and Closed Circuit Television Testimony by Adult Sexual Assault Complainants on Jury Decision-Making: An Experimental Study. *Australian Institute of Criminology. Research and Public Policy Series N° 68*.
- Tsfati, Y. & Walter, N. (2019). Credibility. *The International Encyclopedia of Journalism Studies*. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0086>
- Ullman, S. E., Townsend, S. M., Filipas, H. H., & Starzynski, L. L. (2007). Structural Models of The Relations of Assault Severity, Social Support, Avoidance Coping, Self-Blame, and PTSD Among Sexual Assault Survivors. *Psychology of Women Quarterly*, 31, 23-37.
- Ullman, S. E., & Peter-Hagene, L. P. (2016). Longitudinal Relationships of Social Reactions, PTSD, and Revictimization in Sexual Assault Survivors. *Journal of Interpersonal Violence*, 31, 1074–1094. <https://doi.org/10.1177/0886260514564069>
- Voogt, A., Klettke, B., & Crossman, A. (2016). Measurement of Victim Credibility in Child Sexual Assault Cases: A systematic Review. *Trauma, Violence & Abuse*, 1-16. doi: [10.1177/1524838016683460](https://doi.org/10.1177/1524838016683460)
- Voogt, A., Klettke, B., & Thomson, D. (2017). The Development of a Conceptual Model of Perceived Victim Credibility in Child Sexual Assault Cases. *Psychiatry, Psychology and Law*. <https://doi.org/10.1080/13218719.2017.1315764>
- Welle, I., Berclaz, M., Lacasa, M.L., & Niveau, G. (2016). A Call to Improve the Validity of Criterion-Based Content (CBCA): Results from a Field-Based Study Including 60 Children's Statements of Sexual Abuse. *Forensic and Legal Medicine*. <https://doi.org/10.1016/j.jflm.2016.08.001>
- Wessel, E. M., Eilertsen, D. E., Langnes, E., Melinder, A., & Magnussen, S. (2015). Disclosure of Child Sexual Abuse: Expressed emotions and credibility judgments of a

- child mock victim. *Psychology, Crime & Law*, 22(4), 331-343. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2015.1109087>
- Whitfield, C. L., Silberg, J., & Fink, P. J. (2001). Introduction: Exposing Misinformation Concerning Child Sexual Abuse and Adult Survivors. *Journal of Child Sexual Abuse*, 9(3-4), 1-8. [https://doi.org/10.1300/j070v09n03\\_01](https://doi.org/10.1300/j070v09n03_01)
- World Health Organization (2017). Responding to Children and Adolescents who have been Sexually Abused. WHO Clinical Guidelines. Retirado de <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259270/9789241550147-eng.pdf>
- Xenos, S. & Smith, D. (2001). Perceptions of Rape and Sexual Assault Among Australian Adolescents and Young Adults. *Journal of Interpersonal Violence*, 16(11), 1103-1119.
- Young, A. M., Grey, A., & Boyd, C. J. (2008). Adolescents' Experiences of Sexual Assault by Peers: Prevalence and Nature of Victimization Occurring Within and Outside of School. *Youth Adolescence*, 38, 1072-1083. <https://doi.org/10.1007/s10964-008-9363-y>
- Yu Li, M., Frieze, I., & Tang, C. S. (2010). Understanding Adolescent Peer Sexual Harassment and Abuse: Using the Theory of Planed Behavior. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 22(2), 157-171. <https://doi.org/10.1177/1079063210363827>

